



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

política **6**

SÁBADO, 01 :: agosto :: 2015

Subvenções: briga entre advogados tumultua o caso Mundinho

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodiase.com.br

Um pedido de habeas-corpus esquentou o confronto aberto entre os advogados de defesa do ex-deputado estadual Raimundo Lima Vieira, o "Mundinho da Comase", que continua preso na Delegacia Plantonista (Centro), por força de um dos processos que apuram o escândalo das subvenções da Assembleia Legislativa. O criminalista Emanuel Cacho, que antes dizia acompanhar a situação dele "apenas como amigo", partiu para o ataque e apresentou, em menos de 48 horas, dois pedidos de liberdade em favor de Mundinho. Segundo o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), o primeiro foi negado e o segundo está ainda em análise na Câmara Criminal do órgão, em segredo de justiça.

A intervenção de Cacho azedou ainda mais o clima com os outros dois advogados constituídos formalmente para representar o ex-parlamentar. O primeiro, Walter Gomes Neto, que discorreu publicamente do acordo de delação premiada assinado entre Raimundo e o **Ministério Público Estadual** (MPE), foi afastado do caso, segundo informações extra-oficiais. O segundo, João de Góis Neto, que é parente próximo do político, condenou a atitude do colega em um termo de declarações divulgado ao final da manhã. Na carta, Góis diz claramente que o pedido de habeas-corpus em favor de Mundinho

"foi protocolado sem o meu conhecimento, e sem minha autorização, e que meu nome foi utilizado indevidamente pelo referido advogado".

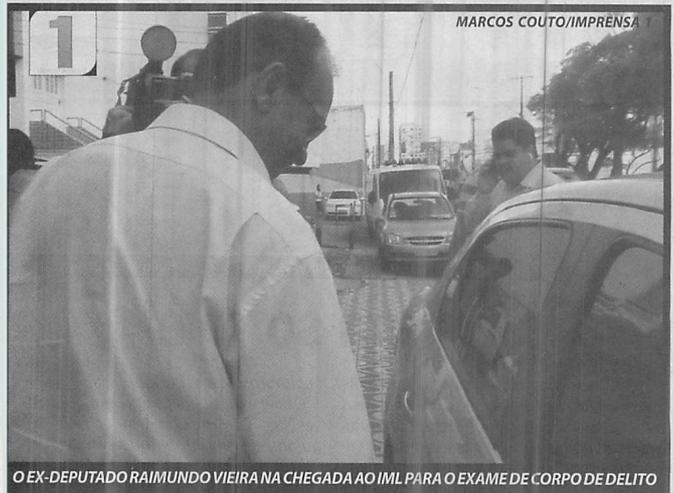
A briga dos advogados ganhou mais força após a divulgação do depoimento que Mundinho deu à Polícia Civil na quarta-feira, no qual ele citou nomes de outros seis deputados e ex-deputados envolvidos com o desvio das verbas da Alese através das contas bancárias de Augifranco Patrick de Vasconcelos, presidente da Associação Ala Jovem de Lagarto, preso junto com Mundinho e com o irmão Ygor Henrique de Vasconcelos, sócio da empresa MP10, apontada como emissora de contratos simulados com as associações indicadas pelos parlamentares suspeitos. Emanuel Cacho argumentou no habeas-corpus - e depois nas redes sociais - que a delação de Mundinho foi uma "coação imoral ilegal e abusiva", a qual foi obtida por força da prisão do acusado. E sustentou que o procedimento tem fortíssimas chances de ser anulado.

Em sua carta, João Neto rebateu as críticas de Walter e de Cacho à delação de seu cliente, confirmando ainda que acompanhou o início do depoimento prestado na quinta-feira ao Ministério Público, tendo que se ausentar dele por motivos de saúde, mas confirmando tudo o que foi declarado pelos três acusados. "Repudio as razões postas

no habeas corpus, esclarecendo que toda a atuação do Ministério Público de Sergipe e da Polícia Civil anteontem seguiram rigorosamente os padrões éticos e legais, não sendo meus clientes vítimas de quaisquer constrangimentos que pudessem macular a integridade das declarações e emissões de vontade manifestadas por mim, pelo outro causídico ou mesmo pelos meus clientes", escreveu o advogado, pontuando ainda que reitera o seu interesse na manutenção da delação premiada, requerendo os benefícios dela consequentes.

O JORNAL DO DIA tentou várias vezes falar com Cacho, que não retornou, mas divulgou uma nota no fim da tarde. Nela, o criminalista disse que se comunicou várias vezes com Góis Neto entre os dias 29 e 31 de julho (até ontem), sendo que tinha conhecimento que Góis seria o responsável pela defesa. Disse também que o pedido de habeas-corpus impetrado para soltar Mundinho foi redigido com o conhecimento do colega, mesmo sem as cópias do interrogatório dos presos, "que àquela hora, estranhamente, já circulavam de mão em mão por setores da imprensa".

Emanuel disse também que ao se reunir com Góis Neto na quinta-feira, recebeu uma procuração já assinada em seu nome, autorizando que ele participasse da defesa, mas não a anexou no pedido de habeas-



O EX-DEPUTADO RAIMUNDO VIEIRA NA CHEGADA AO IML PARA O EXAME DE CORPO DE DELITO

corpus "para não prejudicar as promessas da delação premiada de que o ex-parlamentar seria solto, logo após a sua confissão ao Ministério Público". No final, Cacho repudiou a carta de

Góis e as declarações do promotor Henrique Cardoso, o qual teria atribuído ao criminalista o vazamento do depoimento de Raimundo à imprensa. "Entendo que o único fito [das ofensas] é

ferir as prerrogativas do advogado e as garantias do cidadão, ou seja, o direito ao habeas-corpus, às quais estou disposto a defender sob qualquer hipótese e circunstâncias", finaliza a nota.

► Mundinho passa mal e presos fazem corpo delicto

O terceiro dia da prisão do ex-deputado Raimundo Vieira, o "Mundinho da Comase" e dos irmãos Augifranco e Ygor Vasconcelos foi marcado por um problema de saúde. Durante a noite de anteontem, ainda nas salas da Delegacia Plantonista (Centro), Mundinho queixou-se de dores na nuca e relatou-as aos policiais. Ontem de manhã, ele foi internado para fazer exames no Hospital São Lucas, no bairro São José (zona central), onde foi atendido por cerca de quatro horas e acompanhado por familiares. Segundo informações da defesa, o ex-deputado tem alguns problemas decorrentes de um acidente vascular cerebral que sofreu em 2005. Após a conclusão dos

exames, Raimundo recebeu alta médica e voltou para a Plantonista.

Durante a tarde, Mundinho, Ygor e Augifranco foram levados para o Instituto Médico Legal (IML), onde passaram por exames de corpo delicto. De acordo com a assessoria da Secretaria da Segurança Pública (SSP), a ordem para fazer os exames foi dada pela delegada Danielle Garcia Soares, diretora do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Detotap) e responsável pelas investigações do caso. Foi uma reação irritada de Danielle às declarações do advogado Emanuel Cacho, o qual insinuou que um dos acusados teria sido agredido dentro da Delegacia. A delegada não atendeu aos contatos do JORNAL DO DIA, mas declarou, por meio da SSP, que a

integridade dos acusados está sendo preservada e que as insinuações são apenas para "tumultuar o processo".

A SSP informou que os exames do IML ficarão prontos na segunda-feira. O delegado-geral da Polícia Civil, Everton Santos, declarou que o corpo delicto é a melhor forma de comprovar se houve ou não agressão ao ex-deputado ou aos irmãos Vasconcelos. Os três voltaram para a Plantonista por volta das 16h30 de ontem e a previsão é de que eles passem o fim de semana em outras delegacias de Aracaju. A prisão preventiva deles foi decretada pela Vara Criminal de Lagarto (Centro-Sul) e não revogada até o fechamento desta edição. Mundinho, Ygor e Augifranco são acusados de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa. (Gabriel Damásio)